

A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA INDÍGENA E OS CONFLITOS DE *CONTRAESPAÇO* NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COLONIAL

ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO - anderson.camargo@hotmail.com

CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES - birarural@ig.com.br

Laboratório sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC/UFE

Recibido 26/08/2015, Aceptado 16/11/2015

Resumo	<p>O presente artigo consiste em um ensaio construído no âmbito da pesquisa de Mestrado pela Universidade Federal do Pernambuco - UFPE. Tem como objetivo geral debater duas categorias chaves para a ciência geográfica, natureza e conflito. A partir dessa discussão foi construída uma reflexão acerca do entendimento de natureza pela ciência racionalista moderna, em seguida promove um debate acerca do processo de formação das comunidades pré-lusitanas na América do Sul, para então refletir sobre o encontro das humanidades no processo de colonização e seus principais conflitos de <i>contraespaço</i>. Para construção das ideias foram utilizados o pensamento de Ab'Saber sobre os domínios de natureza no Brasil associado a tese de Moreira (2011), que aponta que a formação das comunidades indígenas pré-lusitanas foi fruto de um processo de coabitação, assim como foi realizado um estudo a partir de Ribeiro (2012) acerca da distribuição das comunidades indígenas.</p> <p>Palavras-chaves: <i>Natureza; Sociedade; Conflito; Colonialidade; Indígenas</i></p>
---------------	---

Resumen	<p>El presente artículo consiste en un ensayo construido en el marco de la investigación de Maestría por la Universidad Federal del Pernambuco - UFPE. Tiene como objetivo general debatir dos categorías claves para la ciencia geográfica, naturaleza y conflicto. A partir de la discusión teórica se construyó una reflexión acerca de la idea o concepto de naturaleza por la ciencia racionalista moderna, luego se promueve un debate acerca del proceso de formación de las comunidades pre-lusitanas en América del Sur, para luego reflexionar sobre el <i>encuentro</i> entre las sociedades durante el proceso de colonización y, sus principales conflictos espaciales. Para la construcción de las ideas se utilizó el pensamiento de Ab'Saber sobre los dominios de naturaleza en Brasil asociado a la tesis de Moreira (2011), que apunta que la formación de las comunidades indígenas pre-lusitanas producto de un proceso de cohabitación, así también el estudio de Ribeiro (2012) sobre la distribución de las comunidades indígenas.</p> <p>Palabras clave: <i>Naturaleza; Sociedad; Conflicto; Colonialismo; Comunidades indígenas</i></p>
----------------	--

Abstract	<p>This article consists of a test constructed under the Master research from Federal University of Pernambuco - UFPe. The general aim was to discuss two key categories for geographic, nature and science conflict. From this discussion we constructed a reflection on the understanding of nature by modern rationalist science then promotes a debate regarding the training of pre-Lusitanian communities in South America process, and then reflecting on the meeting of the humanities in the colonization process and their main conflicts <i>contraespaço</i>. For construction of the thought Ab'Saber ideas on areas of nature in Brazil associated with thesis Moreira (2011), which indicates that the formation of pre-Lusitanian indigenous communities was the result of a process of cohabitation were used, as was conducted a study from Ribeiro (2012) on the distribution of indigenous communities.</p> <p>Keywords: <i>Nature; Society; Conflict; Colonialism; Indigenous</i></p>
-----------------	--



1. Introdução

O presente artigo consiste em um ensaio de natureza teórico-metodológica que realiza um debate em torno das relações sociedade/natureza nos processos de formação das comunidades originárias da plataforma continental onde desde o século XVI vem se construindo de maneira (des)continuada um discurso impositivo, centralizador e colonial de nacionalidade e Brasil. O trabalho realiza reflexões acerca dos conflitos no início dos processos de imposição lusitana de modos de vida.

Foi nossa intenção questionar o Brasil numa temporalidade determinada, o processo de constituição das comunidades originárias pré-colombianas e os anos iniciais dos processos de colonialidade, marcados por intensos e continuados conflitos, mais especificamente os conflitos de *contraespaço* entre os séculos XVI e XVII.

Reconhecendo ser esse um grande desafio, nos alenta o fato de o Brasil apresentar-se como enigma a ser decifrado, dada a quantidade de estudos geográficos que o encararam em conjunto e ao tempo dessas pesquisas. Em geral as conjunturas formadas por construções econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais, não são discutidas pelos centros de pesquisas, e o Estado gera uma quantidade significativa de dados generalizantes, reduzindo as comunidades, as diversidades, a números, estatísticas que pedem interpretação, sendo esse um dos fatores que justificam a ocorrência de traumas, fruto da violência exercida pelo processo de colonização e perpetuada pelas elites, ainda mal esclarecidos.

Compreender o Brasil constitui-se, pois em um esforço, uma vez que cada empenho de pensamento científico revela o pesquisador, as lentes usadas e desconhecidas para ver o mundo, assim como o ambiente metodológico e bibliográfico que o acompanha. É preciso verificar os limites de cada paradigma, mais ainda porque estamos em tempos de crise do paradigma racionalista da ciência moderna, transitar entre os sujeitos e os processos, elegendo categorias que falem e teçam uma conjuntura de Brasil, percebendo as continuidades no tempo e no espaço dos processos sociais.

Entendendo que as relações entre sociedades e natureza são reveladoras dos

modos de vida das populações uma vez que indicam os saberes, as noções de mundo as formas de convívio e a contemplação com o sagrado, decidimos por encarar essa categoria em nossas reflexões nesse trabalho. Consideramos que as comunidades com complexas relações com a natureza, vendo-se como parte desta, constroem modos de vidas mais autônomos, na medida em que seus saberes não se dissociam das práticas para (re)produção da vida, produção de alimentos, festividades e organização dos espaços comuns. Por outro lado sociedades urbanas ou mesmo populações dependentes de insumos externos em seus ciclos produtivos, veem ruir seus saberes por gerações e engendram-se paulatinamente nos ciclos de reprodução do capital financeiro global tendo seus cotidianos, processos produtivos, atividades de socialização, alimentação, lazer, invadidos pela cultura do consumo vendo-se dependentes e mais vulneráveis aos processos de instabilidade econômica. Esses contextos por serem tão complexos negam qualquer generalização, mas um olhar aproximado das relações entre sociedade e natureza pode nos apresentar pistas sobre os processos de produção do espaço e as relações estabelecidas entre os sujeitos.

Decidimos nesse ensaio nos aproximarmos da categoria natureza e o empenho da modernidade na construção de um entendimento dicotomizado, realizando também uma leitura crítica desse contexto, para isso percorremos a formação das populações indígenas da América do Sul pré-lusitanae a construção de processos coevolutivos entre sociedade e natureza.

2. Construção do conceito de natureza no paradigma racionalista ocidental

O pensamento geográfico constitui-se como um dos componentes mais diversos da ciência moderna, com heranças epistemológicas de variados paradigmas e ciências, unidos e contentados no desafio de decifrar as relações sociedade/natureza. Ideográfica ou nomotética, corográfica ou cosmográfica, homem/mulher ou natureza, são dualidades que acompanharam e acompanham a Geografia em todo seu percurso na consolidação de um discurso científico. Entender o mundo, a partir de vários caminhos e várias vertentes, foi se compondo como responsabilidade da

geografia. Criar/representar uma imagem do mundo, um esforço de raciocínio indispensável para o exercício da dominação política, territorial e cultural. Assim a geografia desde sua gestação foi moeda preciosa para os grandes impérios, a expansão do Império Romano foi acompanhada da construção de mapas, e estudos empíricos sobre os novos espaços de domínio, que passavam a compor estratégia de *reger* em frações. Também é notado esse caráter nos projetos de unificação de nações europeias pós-período feudal, necessitadas de um discurso nacional requisitaram da geografia uma concepção de nação que lhes fosse útil para compor um Estado unificador e expandir seu domínio em projetos coloniais.

Muito embora a ciência geográfica tenha raízes ainda nas matrizes do pensamento greco-romano clássico, sua sistematização ocorre no século XIX em um ambiente de expansão do pensamento científico moderno, com suas bases no método racionalista, legado do pensamento de Descartes e Isaac Newton, que entendiam o pensamento científico como uma verdade absoluta, geral. Para essa verdade ser elaborada eram necessárias algumas condições, como o zelo pelo enquadramento da realidade em parcelas para melhor enxergar e descrever e o distanciamento do objeto alvo de entendimento, afastamento garantido pela razão, único instrumento capaz de isolar os sujeitos.

Gomes (2011), pensando a respeito nos diz que nesse contexto, construído o objeto, é possível estabelecer, por uma série ordenada de experimentações, uma conduta geral e uniforme. O saber assim concebido, com suas origens lógicas e racionais, é imediatamente reconhecido como sendo um saber rigoroso e único válido.

O método foi se constituindo como uma receita contendo orientações para os experimentos, verificações dos resultados e aplicação dessa perícia em um conjunto compartimentado, simplificado e funcional. O todo contido de partes. Esse conjunto de pensamento foi muito fortalecido nos estudos sobre a natureza, os fenômenos, os astros, os movimentos, medidas, para os quais foram criadas leis gerais de comportamento, as quais paulatinamente foram transferidas para o pensamento sobre a sociedade, os homens e mulheres e suas questões. *Pari passu* foi

se (re)construindo uma noção de sociedade e natureza, negando o mágico, o encantamento, o desconhecido, o mistério e prezando pela operacionalidade e objetividade.

O desenvolvimento de métodos de datação de rochas, os estudos sobre reprodução e evolução, a descoberta de outros planetas, o movimento dos astros, foram compondo uma nova visão de mundo, apreensível, cartografável, simplificável, normativo. Novas cosmogonias estavam em elaboração, legitimando e aprofundando as bases judaico-cristãos ou as negando.

A natureza foi se fazendo como um objeto, coisa, passível de medição, intervenção e alteração. Um desafio. As outras visões de mundo, como atrasadas e desconhecedoras da verdadeira razão. A ciência foi se fazendo como uma religião, com seus deuses, dogmas e bíblias e o discurso científico como um colonizador dos demais discursos e visões de mundo. O projeto da ciência moderna caminha em afável sintonia com o modelo de desenvolvimento explorador e colonizador do novo mundo, farto em *recursos* mola-mestres dos mercadores. Os cartógrafos e viajantes empiristas eram cobiçados pelas coroas.

Os limites desses métodos que hoje estão sendo explorados foram questionados desde o século XVIII. Concomitante a expansão da ciência moderna foram elaborados projetos questionadores da razão como única forma de pensar o mundo. As sensações, os encantamentos, as artes pautaram *contracorrentes*¹ do discurso universalista, tendências que por sua vez muito contribuíram para construção do pensamento geográfico.

Nesse sentido, é interesse desse ensaio discutir uma noção de relação sociedade/natureza que transite a fronteira do método racionalista. Para isso buscamos na leitura das experiências decoevolução das florestas tropicais e as populações indígenas do Brasil pré-lusitano uma possibilidade de compreensão integrada entre a natureza e a sociedade, entendendo que essa coesão reside não somente no estágio evolutivo das populações indígenas, mas na sua constituição, que no processo

¹ Termo usado por Gomes (2011).

de formação na América do Sul foram coadjuvantes do regresso das florestas tropicais, escassas no momento em que chegaram ao continente e essa invasão/ocupação europeia traz consigo uma cosmogonia outra, legado da incipiente modernidade que entra em choque e compõem importantes processos na produção do espaço geográfico brasileiro.

3. A coevolução sociedade/natureza na formação das populações indígenas pré-lusitanas

Toda a história da produção do espaço geográfico brasileiro é marcada por uma super exploração da natureza e dos homens e mulheres. Desde o início dos processos de colonialidade, no século XVI, comunidades indígenas vêm sendo dizimadas ou expulsas do litoral, onde se sucederam formas ofensivas de (re)produção de capital através da transformação da natureza. Essa expansão não se deu sem conflitos. Já os primeiros contatos entre indígenas e europeus foram marcados pela tentativa de imposição de uma racionalidade ocidental católica, produtivista e rentista, obtendo como resposta dos nativos fugas para o interior ou embates sangrentos.

As ações da coroa portuguesa no Brasil desde o início *tiveram um caráter fundiário, territorial e político*, uma vez que a atitude dos colonizadores no domínio e expansão do território se baseava na cessão condicionada pelo uso de terras a integrantes da Coroa portuguesa ou comerciantes que desejavam explorá-las. Esse caráter concedia aos donatários, senhores de terras não somente propriedades com grandes extensões, mas também o exercício de imposição de poder domínio sobre os escravos vindos da África e os brancos que não possuíam terras que vieram ao *novo mundo* por ventura da colonização. No período colonial numa tríade *Terra, território, senhorio político* que se aprimora para uma relação mais coesa *Terra-Território-Estado*. (Moreira, 2011). Desde muito cedo agindo em processo de usurpação de posterior disponibilização das terras indígenas para as mais variadas atividades econômicas para a Coroa.

Os portugueses se deparam com complexos, diversificados, peculiares e desconhecidos domínios naturais, frutos de um acúmulo de fatores que ao longo de

milhões de anos conciliaram *paisagens heterogêneas no sentido morfoclimático e geobotânico* (Ab'Saber, 2010), que foram sendo esculpidas pelas diásporas continentais, a leste abrindo espaço para o Atlântico e a oeste constituindo uma elevada cadeia de montanha. Ficando o espaço físico do Brasil constituído por uma base geológica de formação muito antiga, dada à distância dos limites das placas tectônicas, predominando unidades de relevo gastas e com predomínio de depressões, planícies e planaltos. A marcante presença das florestas não foi uma constante, a aridez, umidade, espalhamento ou redução das mesmas respondiam às variações climáticas, glaciações que influíram no avanço e recuo dos oceanos e rios.

Reconhecendo a continentalidade e diversidade paisagística do Brasil, classificar ou reunir domínios de natureza, é assumir riscos de incorrer em erros ou generalizações. Entendendo também que os acervos de fatores acima levantados, dentro de suas complexidades, se traduzem em porções com algumas similaridades, sinusais. Reunimos informações gerais extraídas do pensamento de Ab'Saber, pesquisador brasileiro que realizou azados estudos sobre a natureza. Dado a um elenco de fatores edafogeobotânicos, morfoestruturais e socionaturais, o autor entende que temos três principais domínios geobotânicos no Brasil: o domínio da Mata Atlântica, Faixa Campestre e Amazônia. Moreira (2011) salienta ser essa a base natural do processo de produção do espaço geográfico brasileiro.

O domínio geobotânico da Mata Atlântica, com cerca de um milhão de quilômetros quadrados, percorre grande parte do litoral do país. Composta por grandes árvores, solos férteis, fruto de uma complexa combinação evolutiva dos arranjos naturais, onde na porção setentrional conta com abundância de solos argilosos e mais ao sul terra roxa, ambos são frutos da decomposição de material vulcânico, tendo sido essa área muito instável entre o cretáceo e o jurássico, e, por conseguinte acumulou forte presença de granito na porção setentrional e basalto na porção sul. Onde hoje denomina-se Nordeste essa mata se alongava de maneira zonal e sinuosa, ora integrando corredores verdes, ora interrompida pela marcante presença de uma vegetação semiárida, havendo entre elas uma faixa de transição, Agreste. Os extremos da sua ocorrência no interior oscilavam na porção entre os atuais Estados do

Rio Grande do Norte e parte da Bahia não ultrapassando os 100 km, compondo um corredor verde interrompida pela caatinga. Entre os Estado da Bahia e Santa Catarina apresentava-se mais espalhada, azonal, continente adentro, chegando a compor um corredor verde no interior integrando Piauí, Bahia e Minas Gerais, elaborando *paisagens de exceção*² entre a caatinga e o cerrado. Mais ao Sul indo em direção a atual Minas Gerais entre a Serra dos Aimorés e a Mantiqueira até espalhar-se quase que totalmente por São Paulo, Paraná e Santa Catarina, tocando ainda Mato Grosso e levemente Rio Grande do Sul sendo limitada pelo Pantanal e os Pampas respectivamente³. Sob um intenso regime de chuvas, com a atuação da Massa de Ar Tropical Atlântica, impondo um contexto em que a umidade compensa as altas temperaturas, principalmente entre os meses de maio e julho, se estabelecia uma vegetação arbórea densa e a presença de rios perenes e profundos, vindos do interior do continente alimentados por uma quantidade considerável de afluentes, encontrar com o Atlântico

Ocorre de maneira predominante um relevo ondulado, compondo área de mares de morros, interrompidas pelos escudos expostos, no Nordeste Borborema, no Sul e Sudeste Serra do Mar, e como paisagem de exceção Campos do Jordão, em São Paulo, sua notável altitude confere contexto climático-botânico variado. Fora dessas estruturas predominam morros intercalados por planícies litorâneas e fluviais.

Os domínios da faixa geobotânica campestre ocorrem em três domínios: semiárido, planalto central, com predomínio do cerrado e mata das araucárias dos planaltos sulinos.

O semiárido é uma área interplanáltica, localizada entre o interior do Nordeste e parte de Minas Gerais, limitada a leste pela Borborema e a Oeste pelos planaltos

² Ab'Saber (2010).

³ Sendo essa uma descrição geral do desenho da Mata Atlântica no seu percurso Norte-Sul convém consultar Ab'Saber (2010), pois esse apresenta um detalhamento no interior desse domínio, classificando, por exemplo trecho de floresta no interior da região Sul como Mata Subtropical. Ressalta-se ainda que os estudos do autor apresentam as faixas de transição *ecótonos*, áreas entre dois domínios.

do meio oeste. Em decorrência da proximidade com o equador, da influência do Atlântico e da pretérita formação da floresta amazônica, é muito forte no Brasil domínios de clima quente e úmido, com chuvas regulares e constantes. Contexto diferente, não encontrado no semiárido. A depressão iniciada nas arestas da Borborema é interrompida pela Chapada do Araripe, ambas com altitudes média de 1000m, seguindo a oeste até Piauí, a norte chegando até quase o litoral de Ceará e Rio Grande do Norte a leste dominando todo o interior de Paraíba, Alagoas e Sergipe e a sul percorre extensa área da Bahia até tocar Minas Gerais na transição com o Cerrado. Chove pouco em toda área da depressão sertaneja, ocorre variação nos vales úmidos do Cariri cearense, a sul do Estado que somado as de brejos, demais elevações planálticas, e as margens do Rio São Francisco, nas depressões predomina em vários meses do ano o tempo seco.

O domínio do Cerrado no centro do país sob uma área de planalto compõe um ambiente peculiar. Ocupa predominantemente maciços planaltos de estruturas complexas, dotados de superfícies aplainadas de cimeira e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam de 300 a 1700. Essa conjugação de extensão contínua arrasta por todo o centro uma forma de intemperismo químico de lixiviação e lateralização que daí se espalha largamente. Vem deste processo a formação morfoclimática e pedogeobotânica que opõem solos em geral ácidos do cerrado e os mais férteis das várzeas dos rios e manchas de terras roxas que abrigam a vegetação de mata do planalto. (Moreira, 2011).

Mais expressivo no Paraná e com menor ocorrência em Santa Catarina e Rio Grande do Sul o terceiro domínio campestre, área de campo limpo e mata das araucárias. Desde a Serra do Mar, na hiterlândia mata densa, passando pelo planalto arenito-basáltico até o planalto sulino, formando um conjunto de terras altas. A serra do mar é formada por um conjunto de alinhamentos costeiros, às vezes em forma de maciço de topo aplainado e às vezes de blocos montanhosos, fortemente escarpados e separados por profundas fraturas na face voltada para o mar.

Em uma observação muito geral compõe-se o terceiro domínio geobotânico de uma extensa depressão ladeada por planaltos brasileiros e guianeses. Levemente

interrompida por colinas e espigões mais a sul que ao norte, com médias máximas de 100 metros de altitudes. O domínio Amazônico é uma complexa e extensa área que, no Brasil, percorre cerca 4,2 milhões de quilômetros quadrados. As presenças marcantes da floresta e do regime assombroso de rios foram se conformando por uma conjuntura de fatores. A sua proximidade ao oceano e ao equador, proporcionando elevadas umidades temperaturas, ladeada no extremo oeste pelos Andes, área de instabilidade sísmica que promoveu uma ascensão contínua e elevada no extremo ocidente do continente, criando uma extensa área de concentração de grandes e sequenciais chuvas estimulando a formação da floresta, e, associado ao degelo do topo das montanhas, garimpando itinerários hídricos conformando uma enorme bacia em teia.

São simplesmente fantásticos os números referentes à área de extensão da bacia, o volume das águas correntes, a largura média dos leitos e o débito dos grandes rios em diferentes setores. Calcula-se a área total da bacia e mais de seis milhões de quilômetros quadrados. Na Bacia Amazônica, vista em sua totalidade, circulam 20% das águas existentes no planeta. (...) Avalia-se que somente no Brasil, a partir do rio-mestre –O Amazonas– exista 20 mil quilômetros de cursos navegáveis, com saída terminal livre para o Atlântico. (Ab’Saber, 2012, p. 66).

Essas áreas eram a principal base natural de desenvolvimento da espacialidade indígena, que somava perto de cinco milhões de nativos, espalhados pela faixa litorânea adentrando para o interior do continente como reflexo de conflitos ou ramificações culturais e linguísticas.

O fato é que os cinco milhões de habitantes indígenas com os quais os colonos portugueses estavam entrando em contato numa relação de despojamento espacial se distribuem os quatro grandes troncos etnolinguístico em que se agrupava –tupi, gê (tapuia) caribe e aruaque– e os dois modos de vida em que geralmente se organizam, o agrícola dos

tupis e o caçador-coletador dos gês, numa relação sociedade-meio de forte copertencimento com essas três faixas geobotâncias. Na faixa da mata tropical atlântica habitavam as tribos do grupo tupi, organizadas num modo de vida agrícola completamente combinada a atividade de coleta e caça e somando cerca de um milhão de habitantes. Na de vegetação campestre e de hiterlândia habitavam as tribos do grupo gê, em geral organizadas em modo de vida centrado na caça e na coleta, também calculadas em um milhão (...). E na faixa equatorial setentrional as tribos dos demais grupos, em que se destacavam as tribos dos grupos caribe e ararupe. (Moreira, p. 18).

Ruy Moreira (2011) desenvolve uma hipótese peculiar para o surgimento e desenvolvimento das sociedades pré-lusitanas no Brasil. Utiliza argumentos de pesquisas arqueológicas para construir um entendimento *paleo-geográfico*, defendendo que as matas úmidas tropicais são acúmulo de processos *coevolutivos*, no seu entendimento o fato de os homens e mulheres terem chegado ao continente americano no final do pleistoceno, imigração proporcionada por extensões oceânicas de acessos entre terras emersas, dado pela regressão das águas dos mares, proporcionou um rápido crescimento populacional e imigração em direção ao sul, havendo nesse momento desenvolvimento da agricultura. Predominava na porção que hoje ocupa o Brasil uma extensa área de semiaridez, provocada pela ausência de chuva e diminuição do fluxo dos rios. As florestas úmidas e integradas foram reduzidas a pequenas porções ladeadas por extensos e intermináveis *clarões*⁴ com escassa densidade botânica. As populações recém-chegadas concentravam-se nesses quinhões úmidos onde praticavam incipiente agricultura. Com o fim da glaciação, elevação dos níveis dos oceanos e a imposição de um novo e constante regime de chuvas as florestas foram acompanhando os rios e integrando-se, mas

⁴ Expressão utilizada por Moreira (2011), consiste em áreas entre florestas com pouca densidade botânica. O autor usa ainda essa expressão para designar espaços abertos nas florestas pelos indígenas, mediante retirada de árvores para o cultivo.

agora com marcas na formação das espécies de plantas influenciadas pelos homens e mulheres que dominavam timidamente o cultivo de árvores frutíferas e as proliferavam para seu consumo, assim como cultivavam entre a floresta ou em espaços abertos nas matas culturas rotativas. Essas práticas legaram conhecimentos às matrizes etnolinguísticas que formaram o Brasil pré-lusitano, o modo de vida agrícola dos tupis e caçador-coletador dos gê tem essa origem. São povo indígenas que vem da evolução daqueles imigrantes do pleistoceno, criando seus modos de vida no ritmo e âmbito de *coabitação*, com a reconstituição da flora e fauna das três grandes faixas geobotânicas.

O perfil estrutura e territorial das matas, cerrados, caatingas e campos em reconstituição se combina fortemente com o dos modos de vidas dos grupos humanos, natureza e homem [mulher], acabando por se confundir em seus processos de formação pelo compartilhamento desse convívio de cunho natural-social. (...) Grupos etnoculturais e grupos de formação vegetal surgindo juntos e em intercâmbio. Da lenta relação de coabitação brota a descoberta de plantas, como a mandioca, fáceis de o tupi orientar para reprodução natural, tornando-a ao mesmo tempo uma planta natural e uma planta de cultivo. É assim que esses grupos se sedentizam e se diferenciam etnolinguisticamente. E ganham distribuições que os colonos vão conhecer. (p. 28).

LópesMedel, religioso espanhol, foi designado pela Coroa como ouvidor do tribunal de audiência da América Central em 1548. Por essa ocasião esteve nas índias até o ano de 1555. Nesse período visitou as colônias de Portugal e Espanha. Sistematizou os estudos e relatos sobre as índias em um livro intitulado *Dos três elementos*, escrito em 1570. Uma obra de natureza empirista que muito nos diz sobre a visão do mundo do colonizador, as relações com a igreja, os seus medos e encantamentos com o *novomundo*. O livro usa em diferentes momentos o termo *geografia*. Apresenta uma visão de ciência e mundo híbrida, divide seu estudo em Terra, Ar e Água, uma herança do incipiente cientificismo racional, mas também

uma finalidade teleológica, em muitos momentos procura na bíblia explicações para os costumes das pessoas das índias e da diversidade dos domínios de natureza. Fica exposto na obra o avançado conhecimento sobre as áreas litorâneas em toda extensão Norte e Sul das Américas⁵, contendo muito relatos precisos do interior do continente sobre a Amazônia, os Andes, os desertos do México e Chile.

Os estudos de Mendel (1570) fortalecem a hipótese sugerida por Moreira (2010), o autor deslumbrado descreve a diversidade nutricional dos povos das índias, dado os seus conhecimentos e domesticação de árvores frutíferas nativas e habilidades em cultivos de culturas não conhecidas na Europa. O autor cataloga as frutas que conheceu em sua expedição, pinha, goiaba, mamões, hobos (seriguela), guanabara (graviola), cacho de palmeiras, calmitos, guabiju, uvinhas, anonas, bananas, cerejas, guajuru, abacate, nêspersas, tunas, pithaya (fruta do cacto), memey, misto, marmelos de ameixa, ameixa de Nicarágua, laranjas, romãs, cerejas de arcabuco.

Há tanta abundância que jamais falta. Os melões (...) especialmente em terras quentes; repolhos de todo tipo, alfaces, rabanetes, nabos, cebolas, alho, fava, hortelã, coentro, salsinha há tantas que os campos já estão cheios. (...) Pepinos e melancias há muitos dos nossos nas índias (...) com notáveis aromas, alguns espanhóis usam em suas roupas, porque dura muito e perfuma todas as roupas. (p. 132).

O autor menciona ainda o largo conhecimento dos indígenas com plantas medicinais, sabedorias que os nativos relutavam em dividir com os invasores, se-

⁵ “Alguns curiosos com cuidado olham aquele Novo Mundo, e comparam em sua disposição a um arco com sua corda, apesar de mal desenhado e com uns nós grandes e por desbastar nos extremos. (...) Desde a Flórida que está descoberto atravessando o mar do Norte a Sul por terra se entende que há mais de mil e quinhentas léguas, desde o Cabo de Santo Agostinho, que fica no Brasil, deve haver outras tantas mais. (...) O extremo do que foi descoberto até hoje pelo lado Sul é o estreito de Magalhães, onde estão as grandes e extensas províncias do Chile. (...) O extremo Norte (...) que os espanhóis chamaram de Sete Cidades”. (p. 105-106).

gundo Medel (1572).⁶ Raízes⁷, frutos e folhas que acompanhados de orações eram certas na cura de desconfortos intestinais, dores fortes e febre. Algumas tratadas com chás formavam líquidos que adoçavam as pontas das flechas usadas para caça, o animal atingido ficava imóvel.

Os indígenas que tiveram os primeiros contatos com os invasores europeus foram as de matriz tupi, ocupavam a faixa litorânea, num total estimado de um milhão de habitantes, distribuídos em grupos tribais de trezentos a dois mil índios. Esses tinham avançado desenvolvimento agrícola e lapidavam utensílios e madeira para suas atividades. “Os povos tupis davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera, pela primeira vez há 10 mil anos, com os povos do velho mundo.” (Ribeiro, 2012).

Habitavam e produziam suas espacialidades de maneira própria, uma vez que a coevolução com as florestas tropicais exigiam habilidades outras, de alguma forma os indígenas também faziam a floresta, na medida em que semeavam fruteiras, abriam os clarões para suas aldeias. Essas sabedorias próprias legaram um rico contexto nutricional, dada à habilidade indígena em dominar o cultivo de crescente diversidade de plantas e biodiversidade das florestas. Ribeiro (2012) nos apresenta a mandioca como exemplo dessa façanha extraordinária dos indígenas, uma vez que esta tratava-se de uma planta venenosa que eles deveriam não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima, porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se na terra por meses. Além da mandioca cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abobora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-doce, o guaraná,

⁶ “Mesmo que algumas sejam conhecidas pelos europeus (...) a maior parte delas é desconhecida, (...) por descuido ou negligência deles [colonizadores] ou por malícia dos índios e nativos por não quererem revelá-las para que possam ser comuns seus benefícios e que todos possam gozar de seus maravilhosos e notáveis efeitos” (p. 129).

⁷ “(...) entre as mulheres naturais daquela terra está o uso de uma erva, cuja raiz serve, como um sabão, para lavar e ensaboar a roupa branca, é tão boa que não sentem falta do nosso sabão. (...)” (p. 133).

entre outras muitas plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas.

Apesar de alguma similaridade linguística, nutricional e religiosa eram muito diversos e divergentes os povos que habitavam o continente. Viviam em constantes conflitos, não somente com os invasores, mas entre as tribos. Ocorria por disputas de sítios mais apropriados ao cultivo, por áreas favorecidas de pesca, animosidade cultural. As suas organizações coletivas não excluía as guerras tribais, mas não ocorria o uso de força de trabalho de uma tribo sobre a outra na forma de escravidão, mesmo porque o trabalho era uma forma de satisfação das necessidades primárias.

Para os índios, a vida era uma tranquila fruição da existência, num mundo dádivo e numa sociedade solidária. Claro que tinham suas lutas suas guerras. Mas todas concatenadas, como prélios, em que se exerciam valentes. Um guerreiro lutava, bravo, para fazer prisioneiro, pela glória de alcançar um novo nome e uma nova marca tatuada cativando inimigos. Também servia para ofertá-los numa festança em que centenas de pessoas o comiam convertido em paçoca, num ato solene de comunhão, para absorver sua valentia, que nos seus corpos continuaria viva. (Ribeiro, 2012, p. 47).

Os povos originários foram legando ao longo das gerações uma arte da guerra, com estratégias, armas, regulamentos, acordos, dominação. Esse contexto de desenvolvimento tecnológico em alguns espaços facilitou a entrada dos colonizadores, em outros dificultou gerando sangrentas guerras. Os portugueses procuravam alianças com algumas tribos, lhes dispunham armas e contava com seu apoio na dominação de tribos inimigas ou na expulsão de nações inimigas como Espanha, Holanda e França, mas havia tribos que recusavam qualquer aliança, fato que resultava em grandes batalhas, e essas recuavam como recusa a aceitação da racionalidade ocidental, Holanda (2000) nos cita o exemplo dos Bororos, Xavante, Kayapós, Kaingang e Tapuias em geral.

Ainda nos primeiros anos da colonização os mais fortes na resistência eram os Guaiakurus, povos cavaleiros. Domaram os cavalos selvagens quando outras tribos apenas os usava como alimento. Mesmo antes da invasão europeia no continente, estes exerciam domínios sobre outras tribos como os Guaná e chegaram a ameaçar fortemente o domínio espanhol, dada sua localização no interior do sudeste e proximidade ao Paraguai e Argentina. Área de ocorrência de muitos metais preciosos. Os Guaiakurus estavam como propensos para essa via evolutiva, “primeiro por sua própria constituição física, que maravilhou a quantos europeus os observassem na plenitude do seu desempenho. Eles são descritos como guerreiros agigantados, muitíssimo bem proporcionados.” (Ribeiro, 2012, p. 36).

Eram descritos pelos jesuítas como Hércules pintado. Ficaram mais fortes e perigosos quando se aliaram aos Payaguá-Guaikuru, indígenas de corso que lutavam com seus remos transformados em lança de duas pontas que dizimaram várias monções paulistas que desciam de Vila Bela, no alto Mato Grosso, carregadores de ouro. “Membro da comissão de Limites da América hispânica e da portuguesa, avaliou em 4 mil o número de paulistas mortos por eles ao longo das vias de comunicação com Cuiabá.” (Ribeiro).⁸

Para os iberos, que disputavam o domínio daqueles vastíssimos sertões ricos em ouro, nada podia ser melhor que alcançar a aliança dos Guaikuru para alcança-los lança-los contra seu adversário. Isso, ambos, a cada tempo o conseguiram [espanhóis e portugueses]. Mais longamente os espanhóis, duplamente excitados para essa aliança, porque, no seu caso, à competição se somava a cobiça. É que os Guaikuru aprenderam rapidamente a praticar o escambo, preando escravos negros e também senhores europeus e muitíssimos mamelucos, tantos quantos pudessem, para vender em Assunção. (Ribeiro, p. 37).

⁸ “Um dos cronistas da expansão civilizatória sobre os seus territórios nos diz, claramente, que ‘pouco faltou para que se exterminassem todos os espanhóis do Paraguai’” (Ribeiro, 2012, p. 35).

O que houve com a invasão dos europeus foram choques de humanidades, de matrizes de pensamento e espacialidade colocadas de frente. Uma Europa em unificação, com a regressão do domínio romano, a autonomia incipiente de alguns Estados e a imposição de uns sobre os outros em constantes conflitos por poder e território. A guerra como ritual e afirmação de uma espacialidade se encontra com a guerra por expansão domínio. Duas artes da guerra em choque, vários interesses em conflito. Isso compõe um desenho inicial da dominação lusitana no Brasil que abordaremos mais adiante.

4. Natureza/sociedade e os conflitos de *contraespaço* indígenas no período colonial

Natureza, trabalho, divindade, arte, homem, mulher, guerras, rituais, corpo. Componentes em amálgama formando os mundos, culturas, línguas e tribos indígenas, respondendo a signos da natureza, das chuvas, trovões, marés, luas cheias dos rios. Racionalidades que se refletiam em espacialidades circulares, calendários festivos e agrícolas instituídos pelos encantamentos com as florestas.

Duas humanidades, duas éticas olhavam-se quando os lusitanos atracaram no mar indígena, cada uma querendo ver no outro, como espelho, semelhanças de seus costumes e ancestralidades. Cada um questionava aos seus deuses, que povo é esse? De onde vieram? Que terra é essa não descrita na bíblia e não visitadas por nenhum profeta heroico ou discípulo de Jesus? Olhavam para dentro de si e não queriam muito as respostas. Eles vieram às índias em busca de ouro.

Perguntando-se sobre a origem daquelas populações o espanhol Medel levanta como hipótese: “Os primeiros ocupantes das Índias Ocidentais, que depois do dilúvio chegaram a elas.” (p. 173). Para Ribeiro (2012), “os índios perceberam a chegada dos europeus como um acontecimento espantoso em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu Deus sol, o criador –Maíra–, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores.” (p. 42).

Os indígenas tinham a vida como um deleite contido de felicidade, ritual e

tragédia. O trabalho como herança para a sobrevivência. Saberes realizados como rituais coletivos e circulares para sustento do grupo. Os corpos se faziam e respondiam a uma arquitetura de valores múltiplos, podendo ser templos dos rituais, como telas ou mapas, representados em pinturas e reunindo em cores as temperaturas das relações. Cada traço denunciando os acúmulos estético-linguísticos das tribos. O sexo e a sexualidade eram vividos no campo experimental. As relações de parentesco, educação e habitação eram embebidas por essa humanidade circular. O ritual para o sagrado era divino, artístico e divertido, mas também encontro dos corpos, força, violência, poesia, música e teatro. A natureza estava contida em tudo isso, como cultura, história e espaço.

Para um olhar ligeiro dos lusitanos eram *bárbaros*, no mais profundo significado da palavra, que deriva do grego e expressa o cantar desencontrado dos pássaros. Sem sincronia. Desorganizados. Vítimas do vazio e distância da civilização. Deus e seus mandamentos não lhes tinham sido apresentados, não eram culpados então. Atracava um lusitano com suas ancestralidades ocidentalizantes, suas culpas e medo do pecado. O homem atarefado, apressado em ascender na sua sociedade dividida e verticalizada, mas também, em tese, monogâmico, moralista, heterossexual. Sujo, barbudo, vestido, faminto e cansado.

A fase contemplativa e encantadora do descobrir, ser altaneiro, não durou muito. Logo se organizaram os primeiros e sangrentos embates, verdadeiras guerras. O projeto colonial lusitano não poderia se completar nessa espacialidade circular. Nessa humanidade estranha, desorganizada, despida, pecadora. A relação foi se fazendo como imposição e expansão do poderio português, armado com canhões, como colonizadores.

Os conflitos tiveram como inicial acomodação os corpos, em pelo menos dois sentidos. Primeiro, colonizar nesse momento foi uma forma de reorientar o feitio dos corpos, esses precisavam atender a uma racionalidade que se apresentava como sedutora. Os tempos de movimento e ação precisavam acatar as demandas de acumulação de riquezas, aos poucos ia se construindo divisões na organização do trabalho que respondiam a lógicas distantes, impondo horário de lida para derrubada da mata, para coleta de sementes, frutas. E o significado desse esforço, a troca por

objetos incandescentes ou refletores, encantadores. Segundo, estava se compondo uma guerra biológica. Os portugueses que ali chegavam traziam consigo um patrimônio de doenças, vírus e bactérias inexistentes nas índias. Tinham seus corpos, por antídotos ou hábitos no enfrentamento dessas, preparado. Isso significou um primeiro extermínio de vários indígenas, contribuindo para expandir a ideia de maldição vinda dos mares. Antagonizando as simpatizantes humanidades.

Magnitude desse fator letal pode ser avaliado pelo registro dos efeitos da primeira epidemia que atingiu a Bahia. Cerca de 40mi, índios reunidos insensatamente pelo jesuítas nas aldeias do Recôncavo, em meados do século XVI, atacados e varíola morreram quase todos, deixando os 3 mil sobreviventes tão enfraquecidos que foi impossível reconstruir a missão. Os involuntários, como testemunha suas próprias cartas. Em algumas delas comentam o alívio que lhes traziam ao “mal do peito” os bons ares da terra nova; em outras, relatam como os índios feito moscas, escarrando sangue podendo ser salvas apenas suas almas. (Ribeiro, 2010, p. 52).

O referido autor acrescenta que além do conflito biológico ocorreram ainda conflitos ecológico, econômico, social e etno-cultural, à medida que expandia o domínio lusitano sobre a plataforma continental, mediante a escravização de indígenas, mercantilização das relações de produção, articulando o novo mundo como provedor de gêneros, cativos e ouro, bem como no processo de unificação da língua e costumes indígenas, desarticulando seus viveres gentílicos e com a introdução forçada de negros africanos para o desenvolvimento de atividades econômicas mais rentáveis.

A condição evolutiva tribal, militar, política e organizacional, legaram aos indígenas repetidas derrotas, mas não sem longas batalhas, dada a desarticulação tribal, conflitos entre etnias, bem como, poucas e não exitosas confederações. Esses fatores contribuíram para o sucesso das investidas coloniais articuladas por partidos jesuítas, donatários, bandeirantes, companhias, verdadeiras empresas com misto de exército bem organizado, politicamente e estruturado economicamente e com

propósitos claros e instituídos pela lei de sesmarias. Esse inventário de sujeitos e conflitos compõe a base de elaboração da sociedade brasileira.

A nação que chegava às Índias estava fortalecida pelo comércio crescente na Europa desde o século XI, atividade essa voltada para o Oriente, potencializando o crescimento de Veneza, com seus portos e dos Turcos pela sua função de ligação entre esses dois mundos. As Índias poderiam ser uma possibilidade de romper com a unidade comercial árabe, mas exigia de Portugal um esforço financeiro audacioso para desbravar o continente em busca de ouro. Furtado (2000) que a razão de ser da colonização espanhola eram as antecipadas descobertas de ouro na América Central, fato que cobria seu investimento desbravador. O retorno nesse sentido para Portugal ainda era pouco expressivo, dada a não descoberta de ouro no momento inicial da colonização. Impunha-se nesse contexto uma pressão sobre as demais nações europeias, principalmente França, Holanda e Inglaterra para uma ocupação efetiva das Índias pelos lusitanos a custo de perderem suas terras.

O comércio de peles e madeira com os índios, que se desenvolveu durante o século XVI em toda costa oriental do continente, é de reduzido alcance e não exige mais que o estabelecimento de precárias feitorias. (...) A exploração econômica das terras americanas, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. (...) É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivesse sido coroados do êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado e grande e —excluída a hipótese de antecipação na descoberta do ouro— dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América. (Furtado, 2000, p. 07 e 08).

Paulatinamente a colonização ia articulando os pequenos núcleos em vilas, formadas pelo Senado Municipal, Presídio e Igreja, orientando a ordenação do crescimento em ruas e estimulando o plantio de cana-de-açúcar em grande escala,

essa conjuntura foi acompanhada pela introdução da lei de sesmarias, que institui um donatário como detentor da terra para finalidade de produção, sendo submisso à coroa, havendo nesse momento uma clara política indigenista acirrando os conflitos.

É assim que todo um movimento de transferência de terras enquanto domínio de poder de territórios vai se dando do âmbito de controle comunitário para as mãos privadas dos colonos na esteira do desmonte-remonte espacial da ação bandeirante-jesuítica e através da lei fundiário-territorial-indigenista que a Coroa acaba instituindo. Desejasse a Coroa portuguesa implantar a filosofia da lei fundiária, mantida a presença do domínio comunitário indígena, e seria apostar no fracasso do empreendimento colonial. Há assim, que desapossar e realocar em simultâneo territorial e fundiariamente as comunidades indígenas. É essa a função reservada ao papel predador do bandeirante e realocador do jesuíta. Feito isso, há que complementar este desmonte-remonte com o implante do esqueleto estrutural de novo modelo de domínio de acesso e uso do espaço. E esse é o papel sistêmico da lei de sesmarias. (Moreira, 2011, p. 17).

Nesse entendimento o citado autor denomina os conflitos indígenas e quilombolas do período colonial como *contraespaço*. Para Moreira ocorre um choque de racionalidades, de um lado a cosmologia indígena por uma cosmogonia europeia, de raízes judaico-cristãs. As batalhas entre indígenas e colonizadores são reflexas de uma tentativa de imposição de uma racionalidade eurocêntrico-colonizadora na cosmologia indígena.

Observando alguns dos estudos mencionados até então no texto elegemos conflitos de *contraespaço* emblemáticos que estão dentro dessa conjuntura de rompimento da construção do mundo mediado pela cosmovisão indígena que tem suas bases no processo de coevolução dessas nações com as florestas tropicais e que foram desarticuladas pelos colonizadores.

Um dos mais evidentes, o *contrespaço* dos tamoios, tem suas origens ainda no velho mundo, onde se ocorriam reformas religiosas e atritos entre as ordens cristãs. Os franceses planejaram por vários anos invadir as índias de domínio português, Furtado (2000) nos mostra que, essa ação concretizada onde hoje o Estado do Rio

de Janeiro, foi pensado para o Nordeste setentrional, onde havia incipiente produção de cana-de-açúcar. A primeira colônia de povoamento da América do Sul era um desejo dos franceses de contrapor a ordem jesuítica e expandir a lógica Calvinista pelas Américas. Para sustentar a ocupação os franceses articularam tribos do litoral do sudeste a fim de enfrentar os portugueses, que por sua vez contavam com os aldeamentos jesuíticos a seu favor. Segundo Ribeiro (2012) os indígenas nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atizados pelos europeus, que exploravam sua agressividade recíproca.

[o conflito] reuniu entre os anos de 1563 a 1567, os Tupinambás do Rio de Janeiro e os Carijós do Planalto Paulista, ajudados pelos Goitacás e pelo Aimorés da Serra do Mar, que eram de língua jê –para fazerem a guerra aos portugueses e aos outros indígenas que os apoiavam. Nessa guerra inverossímil da Revolta versus Contrarreforma, dos calvinistas contra os jesuítas, em que tanto os franceses como os portugueses combatiam com exército indígena de milhares de guerreiros (...) 12 mil nos dois lados na batalha final no Rio de Janeiro, em 1567. Jogava-se o destino da colonização. (Ribeiro, p. 33).

Anterior e durante esse conflito suscitaram outros em outras áreas, também descritos por Ribeiro, a exemplo de Paraguaçu no Recôncavo, em 1559, a campanha de extermínio dos Potiguaras do Rio Grande do Norte, em 1599, a Guerra dos Bárbaros e as guerras na Amazônia. Nesse sentido em nenhum momento da colonização foi estabelecida uma paz estável entre colonizadores e indígenas. Para o citado autor essa resistência se explica pela própria singeleza de sua estrutura social igualitária a qual, não contando com um estamento superior que pudesse estabelecer uma paz válida, nem com camadas inferiores condicionadas à subordinação, lhes impossibilitava organizar-se como Estado, ao mesmo tempo em que tornava impraticável sua dominação.

O contraespaço dos Tapuios ocorreu no semiárido entre os anos de 1651 e 1715. Os tapuias viviam entre as arestas da floresta tropical litorânea e o semiárido

interiorano. Produziam espacialidades com precárias condições marcadas ainda pelo nomadismo. Constituíam-se em aldeias provisórias e viviam em constante migração. A interiorização da colonização é provocada pela demanda do gado para alimentação da população litorânea e pela necessidade do couro e da tração nos engenhos. As entradas, em duas saídas, por Recife e Salvador, encontram com tribos vivendo nas imediações dos rios. A invasão holandesa em 1630 reorienta a produção açucareira nesse período instando uma crise, dado o estado de constante conflito envolvendo portugueses, holandeses e tapuios. Um acordo com os holandeses levou os tapuios para mais próximo do litoral, na hiterlândia da faixa açucareira as tribos formaram sentinelas para os ataques lusitanos. Com a saída dos aliados as tribos tapuias viram-se em confronto direto com os portugueses nos sertões da Bahia, nas entradas vidas de Salvador, Pernambuco e Ceará, nas entradas advindas de Recife. As fazendas de gado eram feitas expulsando os indígenas desses espaços, que respondiam com ataques a essas propriedades e as periferias das vilas litorâneas.

O estopim [do conflito] é o aprisionamento pelos portugueses do cacique dos Janduís, uma das tribos tapuias aliadas aos holandeses durante a ocupação. (...) Promovendo ataques os janduís se internalizaram no sertão, ai se instalando num entrechoque com o avanço das fazendas de gado. Até que eclode a guerra. O ano é de 1687. O centro do primeiro confronto é o vale do rio Açu, situado no caminho entre o Pernambuco e o Ceará, numa posição privilegiada do caminho do 'sertão de fora', longe se propagando pelos demais vales fluviais do litoral norte. De Açu a rebelião chega rapidamente a Mossoró e Apodi. Avançando pelo interior do Rio Grande do Norte e chegando ao Ceará e Piauí, até abarcar toda a costa do litoral norte. A guerra se estende até 1699, quando um armistício firmado entre o Cacique Canindé dos Jundaís —e principal tribo em guerra, com 14 mil índios, 5 mil dos quais armados com arcos e armas de fogo— e o governo geral põe termo ao conflito. (Moreira, 2011, p. 54).

Os conflitos se arrastam até 1715 com a destruição das tribos, na fase final

foi marcador por um longo conflito entre os bandeirantes e baianos, no Ceará. Como resultado ocorre a elaboração das sesmarias e expansão do gado pelo sertão.

Muitos outros conflitos ocorrem até o domínio português. Repetidas derrotas dos indígenas e negros desenharam um território de exploração e exclusão. Os vencidos eram mortos, pegos para escravidão ou fugiam para morros ou florestas distantes da expansão colonial. Hoje algumas comunidades que se afirmam indígenas ou quilombolas entre o Agreste e o Sertão têm suas raízes nesses conflitos. Os Funi-ôs em Águas Belas, os Xucurus em Pesqueira, os quilombolas de Castanho, Conceição das Criolas em Salgueiro no Pernambuco, os Quelés em Geremoaba no Sertão Baiano, os Potyguara, os Tapuya-Kariri e os Tabebas no Ceará são sobreviventes dessa sequência de ataques físicos e simbólicos, contra a língua, os cultos, os deuses e as espacialidades indígenas e negras.

5. Considerações finais

Pensando as religiões como projetos de sínteses que unem os elos de entendimento de mundo e formas de ação, essas são nutridas pelas vivências dos povos que as constituem. Com isso no discurso de que Deus criou o mundo está embutida uma visão de trabalho, descanso, poder e domínio sobre as coisas. Deus cria também o homem a sua imagem e semelhança, o homem no mundo é possuidor de comando, sendo imagem e semelhança do criador. As sociedades criam Deus para encontrarem nesse discurso, acima do bem e do mal, recursos legitimadores de suas ações. Não de maneira automática ou maniqueísta. Deus, lendas e teorias são demandas coletivas construídas para resolver a inquietação da finitude da vida, do nascimento, do começo e fim do mar, da terra. Precisamos de respostas. Essas necessidades se modificam, tornando obsoletas e aprofundadas a precisão. As formas de Deus vão acompanhando essas demandas, de criador a Rei do mundo, enquanto houver monarquia. Pode também ser visto como líder, empreendedor ou cientista, *o maior psicólogo de todos os tempos*. As vivências dos tempos demandam novas faces a Deus. Assim esse Deus criador e criatura segue com seus fiéis para terras distantes. Aliás, é preciso evangelizar o mundo, ocidentalizar todas as partes do planeta. Essa (des)ocidentalização violenta e impositiva cria muitas outras faces

para Deus, e muitas outras práticas do sagrado, absorvendo cultos dos povos indígenas e africanos.

Mesmo muito divergente essa amálgama de faces de Deus guardam signos fundantes do pensamento modernos ocidental. Colonizar e modernizar são duas ações que se confundem e se completam, assim a noção judaico-cristã que é dualista na dimensão corpo-espírito, morte-vida, Deus-natureza, ser humano-animal, bem-mal, está afinada com as dualidades dos projetos de modernidade, trabalho-descanso, homem-natureza, natureza-cultura, homem-mulher. Modernizar é expandir a noção de controle da natureza, exercício cabido ao Homem, criatura. Paulatinamente se constrói um projeto de sociedade que foi homogeneizado com muito esforço por atores que extraíam das conjunturas alimentos rentistas para saciar seus interesses. Consciente ou inconscientemente, faziam expandir uma racionalidade dualista-colonial. Racionalidade que se traduz na forma de viver, produzir, construir cidades, agricultura, no feitio dos corpos, assentada em grandes limites, crises e confusões. Percebemos nesse momento pelo menos duas dimensões das crises e desgastes do paradigma dualista-colonial.

Por um lado, trabalhar e transformar a natureza tem como significado produzir dinheiro. Longe de realizar satisfações locais ou socializantes, o trabalho tem expressado aprisionamento, opressão, expressão máxima da destruição do homem e da natureza. Constrói-se uma barreira ontológica, a vida está sendo erodida. A natureza tem sido destruída para edificar um discurso de modernidade e desenvolvimento, os mananciais hídricos não suportarão tamanha demanda e degradação pelos próximos séculos. Florestas estão sendo varridas pelo crescimento das cidades e das indústrias, alterando a distribuição dos ventos e das massas de ar, provocando desregulação das chuvas, alagamento e secas. A vida humana ameaçada por um lado pela imposição de trabalhos com rotinas espoliativas, por outro lado pela escassez de bens naturais.

Outro horizonte que ameaça a racionalidade dualista-colonial é sua incompletude. A sua reprodução dentro das comunidades se dá de maneira contraditória e descontinuada. As heranças (des)coloniais ou pré-ocidentais, em

algumas comunidades tradicionais brasileiras, por exemplo, são latentes. Esse fato, associado aos limites e falhas da modernidade tem feito comunidades tradicionais se afirmarem como diferentes e exigirem que sejam tratadas como tais, descortinando gerações e encontrando ancestralidades indígenas e africanas em suas oralidades, trabalhos, costumes, rituais, relações com a natureza. E multiplicam-se os conflitos, se tornam alvo da violência, tortura simbólica e física, lideranças são assassinadas. Esses conflitos expressam que os modelos lógicos formais de trato com a natureza são hegemônicos, mas não totalizantes e que existem outros mundos que se articulam e se colocam em evidência, esses gestam um devir possível e diferente da relação sociedade/natureza.

Referências Bibliográficas

- Ab'Saber, Aziz. (2012) *Os domínios de Natureza no Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Andrade, Manoel C. De (2005). *A Terra e Homem no Nordeste: Contribuição para ao estudo da questão agrária do Nordeste*. 7º Ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Furtado, Celso. (2000) *Formação Econômica brasileira*. Companhia Editorial Nacional. Brasília.
- Gomes, Paulo da C. *Geografia e Modernidade*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- Holanda, Sergio Buarque (2000). *Visão do paraíso*. Companhia Editorial Nacional, Brasília.
- Moreira, Ruy (2011). *Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil*. Rio de Janeiro.
- Medel, López (1572) *Dos Três Elementos*. Editora Escala: São Paulo.
- Novy, Andreas(2002) *A des-ordem da periferia*. Editora Vozes: São Paulo.
- Oliveira, Ariovaldo U. (1986) *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. Ática, São Paulo.
- Robeiro, Darcy (2002). *O Povo Brasileiro*. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.
- Santos, Boaventura S. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da razão*: Cortez Editora, 4ª Ed.
- Santos, Milton (1992). *Técnica Espaço Tempo. Globalização e espaço técnico-científico informacional*. 3. Ed. São Paulo: Hucitec.